

Educação, um problema para a economia

Falta de preparo dos trabalhadores faz o Brasil perder investimentos para outros países emergentes, como a Tailândia

Rio — O principal problema de longo prazo da economia brasileira é o baixo grau de educação da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em sua *Carta do Ibre* que será veiculada na edição de agosto da revista *Conjuntura Econômica*. O economista do Ibre Lauro Vieira de Faria diz que, embora os indicadores educacionais tenham melhorado nos últimos 20 anos, não avançaram o suficiente para tornar sustentável qual-

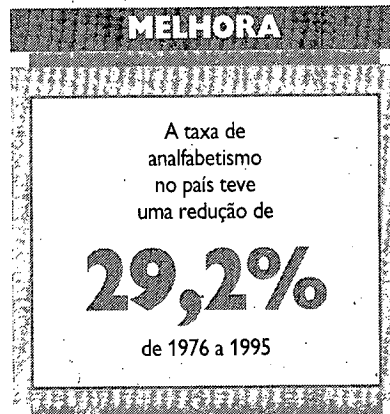
quer tentativa consistente de crescimento do país.

A taxa de analfabetismo no Brasil diminuiu de 24% em 1976 para 17% em 1995, o que representa uma redução de 29,2%. Este resultado, segundo Faria, seria para ser comemorado, caso não se verificasse também que países em desenvolvimento como o Brasil conseguiram uma diminuição muito superior.

O México, por exemplo, tinha uma taxa de 18% e conseguiu baixá-la para 8%, ou 55,5% a menos no mesmo

período. Na Tailândia, a taxa caiu de 38% para 8,5%, ou seja, recuou 77,6%. Na média, os países emergentes conseguiram encolher suas taxas de analfabetismo em 45,7%, portanto, obtiveram resultados muito melhores do que os do Brasil.

O economista lembra que a fonte básica de riqueza das nações, hoje, são os aumentos de produtividade — que não podem ser gerados com uma mão-de-obra de baixo nível de escolaridade primária e secundária. Conforme assinala, as



tecnologias de automação e novos métodos de organização de trabalho.

ORÇAMENTO

Conforme estudo de um outro economista da FGV, Pedro Ferreira,

políticas macroeconômicas atuais dependem da modernização da economia, pela absorção de capitais estrangeiros. E sem uma população com bom nível de educação é muito difícil incorporar novas

o problema da educação não está exatamente na falta de recursos orçamentários, mas sim na destinação equivocada do dinheiro: a maior parte vai para as universidades, enquanto o ensino básico recebe muito menos. Faria concorda e acrescenta que, nos anos 90, de 70% a 80% dos recursos federais para a educação foram para as universidades, suprimindo um contingente estimado em 400 mil estudantes. Já a escola primária contou, em média, com 25% para 30 milhões de alunos.

Isso é exatamente o contrário do que fez a Coréia do Sul. A agravante é que, com a má qualidade do ensino básico no Brasil, somente conseguem ingressar nas universidades públicas os filhos das classes de maior renda, que foram justamente

os que conseguiram estudar em escolas particulares. Faria acha que o governo não deveria custear os estudos deles. Um estudante de medicina de universidade pública custa ao governo, pelos seus cálculos, cerca de R\$ 50 mil pelo total do curso.

Além de poucos recursos, o ensino básico também sofre o peso da máquina burocrática, de acordo com Faria. As indicações, diz ele, são de que há poucos professores em sala de aula, e muita gente em funções burocráticas. O economista defende subsídios para a educação primária e secundária, até mesmo usando-se para tanto recursos vindos de privatizações. Também defende a valorização da carreira de professor, com melhores salários e cobrança de desempenho.